



1 Às nove horas do dia vinte e oito de março de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da
3 Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros,
4 **ALOISIO CHAVES, JOSE CARLOS ARAUJO, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ**
5 **GUIMARÃES E SÉRGIO LEÃO** e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS** nos termos da
6 Resolução Administrativa nº 07/2017 de 09.02.2017; ausência justificada do Conselheiro **DANIEL**
7 **LAVAREDA**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do
8 Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de
9 Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24
10 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em
11 que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos*
12 *atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em
13 sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os
14 processos: **Processo nº 200903837-00; Prefeitura Municipal de Prainha; Pensão –**
15 **1997; Interessado: Gandor Calil Hage Neto; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**
16 **Relator: Conselheiro José Carlos Araújo (Pedido de Vista na Sessão 27.08.2015 do Cons. Cezar**
17 **Colares - Registro da Lei nº 008/1997); Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
18 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares solicitou ao Pleno que o referido
19 processo fosse encaminhado para o órgão técnico para Diligência. A Presidência proclamou a
20 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, pela realização de Diligência com a finalidade apurar as
21 determinações constantes no Voto do Conselheiro Cezar Colares. Presidência da Conselheira Mara
22 Lúcia. **Processo nº 200903838-00; Prefeitura Municipal de Prainha; Pensão – 1997;**
23 **Interessado: Gandor Calil Hage Neto; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**
24 **Conselheiro José Carlos Araújo (Pedido de Vista na Sessão 27.08.2015 do Conselheiro Cezar**
25 **Colares - Registro da Lei Nº 009/1997); Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
26 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares solicitou ao Pleno que o referido
27 processo fosse encaminhado para o órgão técnico para Diligência. A Presidência proclamou a
28 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, pela realização de Diligência com a finalidade apurar as
29 determinações constantes no Voto do Conselheiro Cezar Colares. Presidência da Conselheira Mara
30 Lúcia **Processo nº 201307513-00; Secretaria do Trabalho e Cidadania de Ananindeua;**
31 **Contrato – 2013; Contrato Temporário de Pessoal; Interessado: Lenice Antune; Ministério**
32 **Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio**
33 **Dantas (Pedido de Vista na Sessão 10.09.2015 do Conselheiro Cezar Colares); Publicado no**
34 **DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar
35 Colares proferiu seu **VOTO VISTA:** "*Trata os autos de Pedido de Registro- 87 (oitenta e sete)*
36 *Contratos Temporários, para atender necessidade de excepcional interesse público, da Secretaria Municipal*
37 *de Cidadania, Assistência Social e Trabalho, junto aos CREAS, CRAS e Abrigos do Município, visando*
38 *execução de programas sociais federais como: PROJOVEM, PETI, PAC-I, PFM-III, Programa de Atenção*
39 *Especial a Família e Serviços de Proteção Básica ao Idoso. O Exmo. Conselheiro Substituto Sérgio Dantas*
40 *apresentou voto pela NEGATIVA de REGISTRO dos contratos firmados com Airles do Socorro Teixeira da*



41 *Silva e Outros, por entender que para o caso não foram observados os requisitos legais. No caso, entendo*
42 *que por se tratar de programas essenciais para a Administração Municipal, em situações análogas este*
43 *Tribunal tem entendido por não se tratar de programas de caráter permanente, tem manifestado pelo*
44 *registro. Feitas as considerações, com devida vênia, vou divergi do Nobre Cons. Relator e apresento voto*
45 *pelo registro dos 87 (oitenta e sete) Contratos Temporários, da Secretaria Municipal de Cidadania,*
46 *Assistência Social e Trabalho, de responsabilidade de LENICE DA SILVA ANTUNES, firmados com Airles do*
47 *Socorro Teixeira da Silva e Outros, exercício financeiro de 2013, devendo os autos serem juntados à*
48 *prestação de contas. É voto vista. " Em votação: na Sessão do dia 10.09.15, o Conselheiro*
49 *Substituto Sérgio Dantas, proferiu seu VOTO:"pela negativa de registro dos 87 Contratos*
50 *Temporários firmados com Airles do Socorro Teixeira da Silva e Outros, devendo os presentes autos*
51 *serem anexados a respectiva prestação de contas, para as observações cabíveis". O Conselheiro José*
52 *Carlos Araújo, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antonio José, divergiram do Relator e votaram*
53 *pelo registro do Ato. Com abstenção do Conselheiro Daniel Lavareda. Na presente Sessão, após o Voto*
54 *Vista, os Conselheiros, Aloísio Chaves e Sérgio Leão acompanharam o Conselheiro Cezar Colares. A*
55 *Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, por maioria, decidiu pelo registro do Ato*
56 *(Acórdão nº 30.276). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do*
57 *Conselheiro José Carlos Araújo. Vencido o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas quanto a*
58 *negativa de registro do Ato. **Processo nº201506667-00;Câmara Municipal de São***
59 ***Caetano de Odivelas; Tomada de Contas – 2014; Contas Anuais de Gestão;***
60 ***Responsável: Cloves Junior S. Chagas; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora***
61 ***Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº***
62 ***33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou*
63 *ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação: "Inobstante a instauração*
64 *da Tomada de Contas Especial, a qual consigna, desde já, a omissão no dever de prestar contas,*
65 *falha esta de natureza grave, a teor do previsto na alínea "a", do inciso III, do art. 45, da LC n.º*
66 *109/2016, determino, ainda, a comunicação desta decisão, após homologação do Pleno, ao*
67 *Ministério Público Estadual e a Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas, para ciência e*
68 *demaís providências de alçada. Diante do exposto e com fundamento nos dispositivos acima*
69 *declinados, submeto a presente decisão, para ciência e competente homologação do Plenário*
70 *desta Corte de Contas, na forma regimental. Este é a manifestação que submeto a deliberação*
71 *do Egrégio Plenário." A matéria foi colocada em discussão. A Presidência proclamou a*
72 ***Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela***
73 ***Tomada de Contas da Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas, no exercício financeiro de***
74 ***2014 (Acórdão nº 30.277). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo*****
75 ***201603798-00; Câmara Municipal de Capitão-Poço; TAG; Responsável: James Daves***
76 ***Bezerra Siqueira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara***
77 ***Lúcia; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Retirado de Pauta. **Processo***
78 ***nº201406747-00;Prefeitura Municipal de Bonito; Tomada de Contas – 2014;***
79 ***Homologação; Responsável: Silvio Mauro Rodrigues Mota; Instrução 3ª Controladoria;***
80 ***Ministério Público; Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;***



81 **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a
82 Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para
83 deliberação: *"Inobstante a instauração da Tomada de Contas Especial, a qual consigna, desde já,*
84 *a omissão no dever de prestar contas, falha esta de natureza grave, a teor do previsto na alínea*
85 *"a", do inciso III, do art. 45, da LC n.º 109/2016, determino, ainda, a comunicação desta decisão,*
86 *após homologação do Pleno, ao Ministério Público Estadual e a Câmara Municipal de Bonito, para*
87 *ciência e demais providências de alçada. Diante do exposto e com fundamento nos dispositivos*
88 *acima declinados, submeto a presente decisão, para ciência e competente homologação do*
89 *Plenário desta Corte de Contas, na forma regimental. Este é a manifestação que submeto a*
90 *deliberação do Egrégio Plenário."* A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou
91 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora
92 pela Tomada de Contas da Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas, no exercício financeiro
93 de 2014 (Acórdão nº 30.278). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
94 **nº201702209-00; Prefeitura Municipal de Benevides; Juízo de Admissibilidade –**
95 **2017; Prestação de Contas; Inexigibilidade nº 04-009/2017 - Revogação de Medida Cautelar;**
96 **Responsável: Ronie Rufino da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº**
97 **33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou
98 ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação: *"Revogo a Medida Cautelar*
99 *aplicada, nos termos do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, dando ciência à Prefeitura*
100 *Municipal de Benevides. No entanto, informa-se que o referido processo licitatório está sujeito à*
101 *verificação de sua regularidade nos termos da lei, quando da análise da respectiva Prestação de*
102 *Contas. Aplico multa no valor correspondente a 309 UPF/PA, equivalentes atualmente a*
103 *R\$1.000,04 (um mil reais e quatro centavos), pelo descumprimento dos prazos previstos no art.*
104 *6º da Resolução nº 11.535/2014, conforme o previsto no art. 13 da Resolução nº 11.535/2014*
105 *c/c o art. 74 da LC nº 109/2016 e art. 283 do RI-TCM/PA."* A matéria foi colocada **em discussão**.
106 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão
107 do Conselheiro Relator pela Revogação de Medida Cautelar, nos termos do art. 146, I, do
108 Regimento Interno do TCM/PA, com aplicação de multa. (Acórdão nº 30.279). Presidência da
109 Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
110 **Processo nº201605643-00; Prefeitura Municipal de Terra Santa; TAG - 2016 nº**
111 **024/2016; Responsável: Marcílio Costa Picanço; Ministério Público: Procuradora Maria Regina**
112 **Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
113 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o
114 Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM/Pa. A matéria foi
115 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
116 decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado, com anexo dos autos à
117 Prestação de Contas (Resolução nº 12.902). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por
118 ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº201702117-00;**
119 **Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu; Outros – 2017; Prestação De Contas ; - Pregão**



120 Presencial – 09/2017/007/PMVX; Revogação da Medida Cautelar ;Responsável: José Caetano
121 Silva de Oliveira; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de**
122 **27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário
123 sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação: *"Revogo a Medida Cautelar aplicada,*
124 *nos termos do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, dando ciência à Prefeitura Municipal*
125 *de Vitória do Xingu, e informando que o referido procedimento continua sujeito à verificação de*
126 *sua regularidade nos termos da lei, quando da análise da respectiva Prestação de Contas. Aplico*
127 *multa no valor correspondente a 309 UPF/PA, equivalentes atualmente a R\$1.000,04 (um mil*
128 *reais e quatro centavos), pelo descumprimento dos prazos previstos no art. 6º da Resolução nº*
129 *11.535/2014, conforme o previsto no art. 13 da Resolução nº 11.535/2014 c/c o art. 74 da LC nº*
130 *109/2016 e arts. 283 c/c art. 3031 do RI-TCM/PA"*.A matéria foi colocada **em discussão**. A
131 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do
132 Conselheiro Relator, pela revogação de Medida Cautelar, nos termos do art. 146, I, do Regimento
133 Interno do TCM/PA, com aplicação de multa (Acórdão nº 30.280). Presidência da Conselheira Mara
134 Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
135 **nº201702119-00; Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu; Outros – 2017; Prestação**
136 **de Contas; Pregão Presencial – 09/2017/001/FMEVX; Revogação da Medida Cautelar;**
137 Responsável: José Caetano Silva de Oliveira; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no**
138 **DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora
139 apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação: *"REVOGO a*
140 *Medida Cautelar aplicada, nos termos do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, dando*
141 *ciência à Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, e informando que o referido procedimento*
142 *continua sujeito à verificação de sua regularidade nos termos da lei, quando da análise da*
143 *respectiva Prestação de Contas. Aplico multa no valor correspondente a 309 UPF/PA,*
144 *equivalentes atualmente a R\$1.000,04 (um mil reais e quatro centavos), pelo descumprimento*
145 *dos prazos previstos no art. 6º da Resolução nº 11.535/2014, conforme o previsto no art. 13 da*
146 *Resolução nº 11.535/2014 c/c o art. 74 da LC nº 109/2016 e arts. 283 c/c art. 3031 do RI-*
147 *TCM/PA."*A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
148 **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator, pela revogação de Medida
149 Cautelar, nos termos do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, com aplicação de multa
150 (Acórdão nº 30.281). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do
151 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201702120-00; Prefeitura Municipal de**
152 **Vitória do Xingu; Outros – 2017; Prestação de Contas; Pregão Presencial - SRP-**
153 **09/2017/002/PMVX; Revogação da Medida Cautelar;** Responsável: José Caetano Silva de
154 Oliveira; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
155 Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão
156 fundamentada e justificada, para deliberação: *"Revogo a Medida Cautelar aplicada, nos termos*
157 *do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, dando ciência à Prefeitura Municipal de Vitória*
158 *do Xingu, e informando que o referido procedimento continua sujeito à verificação de sua*



159 regularidade nos termos da lei, quando da análise da respectiva Prestação de Contas. Aplico
160 multa no valor correspondente a 309 UPF/PA, equivalentes atualmente a R\$1.000,04 (um mil
161 reais e quatro centavos), pelo descumprimento dos prazos previstos no art. 6º da Resolução nº
162 11.535/2014, conforme o previsto no art. 13 da Resolução nº 11.535/2014 c/c o art. 74 da LC nº
163 109/2016 e arts. 283 c/c art. 3031 do RI-TCM/PA.” A matéria foi colocada **em discussão**. A
164 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do
165 Conselheiro Relator, pela revogação de Medida Cautelar, nos termos do art. 146, I, do Regimento
166 Interno do TCM/PA, com aplicação de multa (Acórdão nº 30.282). Presidência da Conselheira Mara
167 Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
168 **nº201702126-00; Câmara Municipal de Vitória do Xingu; Outros – 2017; Prestação de**
169 **Contas; - Inexigibilidade – 06/2017/003/CMVX; Revogação da Medida Cautelar;**
170 **Responsável: Cleonilson Da Silva Bezerra; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no**
171 **DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora
172 apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação: “Revogo a
173 Medida Cautelar aplicada, nos termos do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, dando
174 ciência à Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, e informando que o referido procedimento
175 continua sujeito à verificação de sua regularidade nos termos da lei, quando da análise da
176 respectiva Prestação de Contas. Aplico multa no valor correspondente a 309 UPF/PA,
177 equivalentes atualmente a R\$1.000,04 (um mil reais e quatro centavos), pelo descumprimento
178 dos prazos previstos no art. 6º da Resolução nº 11.535/2014, conforme o previsto no art. 13 da
179 Resolução nº 11.535/2014 c/c o art. 74 da LC nº 109/2016 e arts. 283 c/c art. 3031 do RI-
180 TCM/PA.” A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
181 **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator, pela revogação de Medida
182 Cautelar, nos termos do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, com aplicação de multa
183 (Acórdão nº 30.283). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do
184 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº201702127-00;Câmara Municipal de Vitória**
185 **do Xingu; Outros – 2017; Prestação de Contas; - Pregão Presencial - SRP-**
186 **09/2017/003/ CMVX; Revogação da Medida Cautelar; Responsável: Cleonilson da Silva**
187 **Bezerra; Relator: Conselheiro Cezar Colares ;Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
188 Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão
189 fundamentada e justificada, para deliberação: “Revogo a Medida Cautelar aplicada, nos termos
190 do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, dando ciência à Prefeitura Municipal de Vitória
191 do Xingu, e informando que o referido procedimento continua sujeito à verificação de sua
192 regularidade nos termos da lei, quando da análise da respectiva Prestação de Contas. Aplico
193 multa no valor correspondente a 309 UPFPA, equivalentes atualmente a R\$1.000,04 (um mil reais
194 e quatro centavos), pelo descumprimento dos prazos previstos no art. 6º da Resolução nº
195 11.535/2014, conforme o previsto no art. 13 da Resolução nº 11.535/2014 c/c o art. 74 da LC nº
196 109/2016 e arts. 283 c/c art. 3031 do RI-TCM/PA.” A matéria foi colocada **em discussão**. A
197 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do



198 Conselheiro Relator, pela revogação de Medida Cautelar, nos termos do art. 146, I, do Regimento
199 Interno do TCM/PA, com aplicação de multa (Acórdão nº 30.284). Presidência da Conselheira Mara
200 Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
201 **nº201612289-00; Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás; Juízo de**
202 **Admissibilidade – 2016; Despacho de não Admissibilidade de Denúncia;** Responsável:
203 Companhia De Saneamento de Tocantins-Saneatins-Odebrecht Ambiental, Por Intermédio: Erich
204 Wyatt; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Retirado da Pauta do Dia 21.03.17;
205 **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a
206 Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para
207 deliberação: *"Ante o exposto, diante da ausência de competência desta Corte para decidir sobre a*
208 *pretensão arguida, não conheço da presente Denúncia, nos termos previstos no art. 290 e*
209 *seguintes do Regimento Interno, e, na forma do § 3º e § 4º, do art. 292, apresento os autos à*
210 *deliberação plenária. Em sendo homologada a decisão pelo Plenário, os autos devem seguir para*
211 *arquivamento, com a devida comunicação ao Denunciante".* A matéria foi colocada **em**
212 **discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** conheceu da
213 Decisão do Relator pela inadmissibilidade da Denúncia, com as recomendações constantes no
214 voto (Acórdão nº 30.285). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da
215 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201612144-00; Município de**
216 **Rondon do Pará de Rondon do Pará; Denúncias e Representações – 2016;**
217 **Encaminhada ao Presidente do TCM-Pa por Cidadãos do Município;** Denunciante:
218 Raimundo Nonato de Oliveira e Outros (Abaixo Assinado); Denunciado: Câmara Municipal;
219 Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;
220 Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017 .**
221 Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão
222 fundamentada e justificada, para deliberação: *"A única possibilidade jurídica de recebimento do*
223 *presente "abaixo-assinado" seria como denúncia, na forma do art. 59 da Lei Complementar n.º*
224 *109/2016 que dispõe que "qualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída*
225 *ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal".*
226 *Contudo, falta no documento a qualificação dos subscritores, não restando atendido, portanto, os*
227 *requisitos de admissibilidade em sua integralidade, contidos no art. 291 do Regimento Interno*
228 *deste TCM/PA - Ato n.º 18. Adicionado a isso, ainda que em prol do "Princípio do Informalismo"*
229 *em favor do Interessado, que rege os processos administrativos, fosse a mesmo recebida, no*
230 *mérito, não assiste razão a denúncia formulada. De fato, não foi observado o lapso de 30 (trinta)*
231 *dias entre a edição da Resolução n.º 001, que data de 26/09/2016 e as eleições municipais que*
232 *ocorreram em 02/10/2016, conforme estabeleceu a Lei Orgânica do Município de Rondon do*
233 *Pará, contudo, a restrição da norma não encontra amparo na Constituição Federal (art. 29, VI) ,*
234 *que trata exclusivamente da anterioridade legiferante, que na hipótese aqui tratada fora*
235 *observada. Importante ressaltar, que esta Corte de Contas aprovou a Instrução Normativa n.º*
236 *004/2015, disciplinado "os procedimentos de fixação de remuneração dos agentes políticos e dos*



servidores públicos, no âmbito municipal, bem como, dos demais atos de reajuste e revisão correlatos”, deixando claro no seu art. 2º, no que se refere aos subsídios dos Vereadores, pela aplicação do princípio da anterioridade, que exige que a fixação deverá ocorrer de uma legislatura para a subsequente, nos termos do art. 29, VI da CF/1988, sem estabelecer qualquer relação com o pleito eleitoral. Assim, não há como ser regularmente processada a denúncia nos termos da norma adjetiva deste Tribunal, razão pela qual, não vejo como admiti-la. Após as comunicações devidas, arquivem-se os autos”. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, conheceu da Decisão do Relator pela inadmissibilidade da Denúncia, com as recomendações constantes no voto (Acórdão nº 30.286). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201701950-00; Prefeitura Municipal de Bagre; Denúncias e Representações – 2017; Juízo de Admissibilidade; Denunciante: Sieg; Apoio Administrativo M.E.;** Denunciado: Rubnilson Farias Lobato; - Prefeito Instrução 5ª Controladoria; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 07/2017); **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação: “Decido, com amparo no art. 95, § 1º da Lei nº 109/2016, pela aplicação das seguintes medidas: - Determino a adoção de medida cautelar diante do fumus boni iuris e periculum in mora já cabalmente demonstrados, com fundamento nos arts. 95, § 1º e 96, II da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, com o intuito de sustar o processo licitatório Pregão Presencial nº 9.2017.030108 do município de Bagre até ulterior decisão desta Corte de Contas; - Determino ainda a aplicação de multa diária no valor de 300 (trezentas) UPFPA – Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará, em conformidade com o art. 283 do RITCM, até que sejam sanados os requisitos dispostos acima, contados a partir da notificação do gestor responsável; - Determino a citação do gestor responsável Sr(a). Rubnilson Farias Lobato, Prefeito Municipal de Bagre, para que apresente, se assim desejar, defesa sobre os fatos, bem como sobre a medida cautelar determinada, no prazo de 30 dias, conforme art. 17711 do RI-TCM; Por todo o exposto, conforme o disposto no art. 14412 c/c art. 67, XI13 do RITCM com o Ato nº 16, atualizado pelo Ato nº 18, trago a este Egrégio Plenário a apreciação da medida cautelar para a devida homologação, expedida em função da presença do fumus boni iuris e do periculum in mora devidamente comprovados”. O Plenário, **à unanimidade**, conheceu da Decisão do Relator pela admissibilidade da Denúncia, com as recomendações constantes no voto (Acórdão nº 30.287). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201702593-00; Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará; Denúncias e Representações – 2017; Juízo de Admissibilidade; Denunciante: Amazônia Comércio Serviços e Transporte Ltda – ME; Denunciado: Fábio Júnior Carvalho de Lima; Instrução: 5ª Controladoria; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 07/2017); Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão, fundamentada e justificada, para



276 deliberação: “*Desta feita, considero admitida a denúncia realizada por AMAZÔNIA COMÉRCIO,*
277 *SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA-ME em desfavor do Município De Oeiras Do Pará, a respeito de*
278 *supostas irregularidades na realização do Pregão Presencial nº 9/2017- 00009-SRP/PMOP e,*
279 *conforme o disposto no art. 292, §2º do Regimento Interno do TCM/PA, trago a este Egrégio*
280 *Plenário a admissibilidade da denúncia para conhecimento*”. A matéria foi colocada **em**
281 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, conheceu da
282 Decisão da Relatora pela admissibilidade da Denúncia, com as recomendações constantes no voto
283 (Acórdão nº 30.288). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do
284 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº201702594-00; Prefeitura Municipal de Oeiras**
285 **do Pará; Denúncias e Representações – 2017; Juízo de Admissibilidade; Denunciante:**
286 **Cooperativa de Transporte Rodoviário do Produtor Rural do Estado do Pará; Denunciado: Fábio**
287 **Júnior Carvalho de Lima; Instrução: 5ª Controladoria; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio**
288 **Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 07/2017); Publicado no DOE nº 33.341, de**
289 **27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheiro Relator apresentou ao Plenário
290 sua decisão, fundamentada e justificada, para deliberação: “*Desta feita, considero admitida a*
291 *denúncia realizada por AMAZÔNIA COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA-ME em desfavor*
292 *do Município de Oeiras do Pará, a respeito de supostas irregularidades na realização do Pregão*
293 *Presencial nº 9/2017- 00009-SRP/PMOP e, conforme o disposto no art. 292, §2º do Regimento*
294 *Interno do TCM/PA, trago a este Egrégio Plenário a admissibilidade da denúncia para*
295 *conhecimento.*” A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
296 Plenário, **à unanimidade**, conheceu da Decisão do Relator pela admissibilidade da Denúncia,
297 com as recomendações constantes no voto (Acórdão nº 30.289). Presidência da Conselheira Mara
298 Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
299 **nº201307325-00; Instituto de Previdência e Assistência de Paragominas;**
300 **Aposentadoria – 2012 - Portaria nº 48/2012; Interessado: Raulíson Dias Pereira-**
301 **Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos**
302 **Araújo; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
303 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
304 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
305 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº
306 30.290). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro
307 Cezar Colares. **Processo nº201307329-00; Instituto de Previdência dos Servidores**
308 **Públicos de Paragominas; Aposentadoria – 2012; Portaria nº 52/2012; Interessado:**
309 **Raulíson Dias Pereira - Presidente; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da**
310 **Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
311 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
312 manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
313 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
314 **unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 30.291). Presidência da



315 Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares.
316 **Processo nº 201312530-00; IAPSM de Cachoeira do Arari; Aposentadoria – 2013;**
317 Interessado: Otaci Gemaque; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
318 Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Cumprindo
319 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
320 se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
321 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro
322 do Ato (Acórdão nº 30.292). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da
323 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201604206-00; Câmara Municipal**
324 **de Redenção do Pará; Diária - 2009; Resolução nº 003, de 16/02/2009;** Interessado: Zé
325 Cláudio – Presidente; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
326 Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Cumprindo
327 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
328 se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
329 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu
330 pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.985). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
331 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201610098-**
332 **00; Câmara Municipal de Novo Progresso; Subsídio – 2016; Lei nº 466, de**
333 **31/08/2016, que fixa os Subsídios dos Vereadores para a Legislatura de 2017 a 2020;**
334 Interessado: Edemar Onetta – Presidente; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame
335 da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.
336 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
337 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
338 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**,
339 decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.986). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
340 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201219734-**
341 **00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contrato – 2012; Termos Aditivos aos**
342 **Contratos Temporários;** Interessado: Adnan Demackki; Ministério Público: Procuradora Geral
343 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº**
344 **33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
345 posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi
346 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
347 **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro parcial do Ato (Acórdão nº 30.293).
348 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar
349 Colares. **Processo nº 201508219-00; Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará;**
350 **Subsídio;** Interessado: Jucelito Matos Campos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
351 Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
352 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
353 manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A



354 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
355 **unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento do Ato (Resolução nº 12.987). Presidência do
356 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº201508231-00; Câmara Municipal de Tucuruí;**
357 **Subsídio; Interessado: Daivyson Furtado da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
358 **Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.**
359 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
360 manifestou-se pelo não cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
361 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**,
362 decidiu pelo não cadastramento do Ato (Resolução nº 12.988). Presidência do Conselheiro José
363 Carlos Araújo. **Processo nº201511835-00; Câmara Municipal de Canaã dos Carajás;**
364 **Subsídio; Lei Municipal nº 687/15, de 20.08.2015; Interessado: Jean Carlos Ribeiro da**
365 **Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;**
366 **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
367 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A
368 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
369 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato
370 (Resolução nº 12.989). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
371 **201611710-00; Câmara Municipal de Mãe do Rio; Subsídio – 2017; Cadastro da**
372 **Resolução nº 001/2016; Interessado: Nilton Cezar Alves de Souza; Ministério Público:**
373 **Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no**
374 **DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
375 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A
376 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
377 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento do Ato
378 (Resolução nº 12.990). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº201601521-00**
379 **(201601522-00 / 201601524-00); Câmara Municipal de Gurupá; Contrato – 2016;**
380 **Contrato Temporário de Pessoal do Município de Gurupá nº 003,002 e 001/2016;**
381 **Interessado: Rosélio Pureza da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**
382 **Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo
383 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
384 se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
385 proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda sugeriu o não cadastramento
386 parcial do Ato. O Conselheiro Relator acompanhou a sugestão. A Presidência proclamou a
387 **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº
388 30.294). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº201613519-00;Câmara**
389 **Municipal de Curralinho; Subsídio – 2017; Resolução nº 001/2016; Interessado: Manoel**
390 **Teles de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio**
391 **Leão; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
392 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do



393 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
394 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do
395 Ato (Resolução nº 12.991). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº201700087-**
396 **00; Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará; Subsídio – 2017; Lei nº 642/2016;**
397 Interessado: Dinaldo dos Santos Aires; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
398 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Cumprindo
399 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
400 se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
401 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
402 pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.992). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
403 **Processo nº201700353-00; Prefeitura Municipal de Xinguara; Subsídio – 2017; Lei nº**
404 **976/2016, que fixa os Subsídios dos Secretários Municipais para a Legislatura nº**
405 **2017/2020;** Interessado: Osvaldo de Oliveira Assunção Junior; Ministério Público: Procuradora
406 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.341, de**
407 **27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
408 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
409 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
410 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.993). Presidência da
411 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº201700390-00; Câmara Municipal de Goianésia do**
412 **Pará; Subsídio; - 2017; Resolução nº 001/2016;** Interessado: Darlan Protásio Lago;
413 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio
414 Leão ;**Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
415 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
416 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
417 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do
418 Ato (Resolução nº 12.994). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº201700721-**
419 **00;Câmara Municipal de Cachoeira do Arari; Diária – 2017; Resolução nº 003/2016;**
420 Interessado: Luiz Claudio Pacheco Bahia; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
421 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Cumprindo
422 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
423 se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
424 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
425 pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.995). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
426 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. **Processo nº201700722-**
427 **00;Câmara Municipal de Cachoeira do Arari; Diária – 2017; Resolução nº 004/2016;**
428 Interessado: Luiz Claudio Pacheco Bahia ;Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
429 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Cumprindo
430 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
431 se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator



432 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
433 pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.996). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
434 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. **Processo nº 201701171-00;**
435 **Câmara Municipal de Marapanim; Subsídio - 2017; Resolução nº 001/2016;**
436 Interessado: Maria Inêz Monteiro da Rosa; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame
437 da Silva ;Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº
438 007/2017); Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017. Cumprindo dispositivo regimental,
439 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento
440 do Ato e aplicação de multa pela remessa intempestiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O
441 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
442 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato e aplicação de multa pela remessa
443 intempestiva (Resolução nº 12.997). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por
444 ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201610749-00; Câmara**
445 **Municipal de Castanhal; Subsídio – 2017; Resolução nº 004/2016;** Interessado: Sérgio
446 Leal Rodrigues; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
447 Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado**
448 **no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
449 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento parcial do Ato. A
450 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
451 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento parcial do Ato
452 (Resolução nº 12.998). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201611325-00;**
453 **Câmara Municipal de Santarém-Novo; Subsídio – 2017;** Interessado: Gladistone Cabral de
454 Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto
455 Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.341,**
456 **de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
457 posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa cadastramento do Ato. A matéria foi
458 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
459 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento parcial do Ato (Resolução nº
460 12.999). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201612678-00; Prefeitura**
461 **Municipal de São João de Pirabas; Subsídio – 2017; Lei Municipal nº 994/2016;**
462 Interessado: Antônio Menezes das Mercês; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
463 Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017);
464 **Publicado no DOE nº 33.341, de 27.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
465 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A
466 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
467 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com
468 ressalva, e aplicação de multa pela remessa intempestiva (Resolução nº 13.000). Presidência da
469 Conselheira Mara Lúcia. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**



470 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas da
471 qual foi lavrada a presente Ata.
472 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de março
473 de dois mil e dezessete.
474 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 028/2017, em dois de maio de dois mil e dezessete.
475 Visto:
476

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando
Subsecretária

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão